

“Ô DE CASA”: REFLEXÃO A CERCA DE UMA POLÍTICA CULTURAL DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Antonia Regina Moura¹
Patricia Martins²

RESUMO: A proposta é apresentar o mecanismo da salvaguarda como política pública capaz de mobilizar e criar espaços para a cooperação entre os diversos atores de um bem cultural. Utilizaremos como exemplo a experiência das ações do projeto “Ô de Casa! Mobilização, Articulação e Salvaguarda do Fandango Caiçara, que foi elaborado e coordenado pelas autoras junto com uma equipe de pesquisadores de forma coletiva e colaborativa. O projeto foi realizado entre outubro de 2016 e janeiro de 2018 por meio de convênio com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. As ações incorporaram o movimento proposto pelos antigos mutirões, através do trabalho coletivo, propiciando o intercâmbio de práticas. Culminou com a criação do Comitê Gestor da Salvaguarda do Fandango Caiçara, responsável pelo monitoramento e avaliação das ações de salvaguarda deste bem cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Fandango, Patrimônio Imaterial, Caiçara, Salvaguarda

O fandango, manifestação cultural ligada ao modo de vida caiçara, é umas das principais expressões da cultura popular caiçara³. A mudança do modo de vida desta população, por diversos fatores econômicos e territoriais, gerou a desagregação de muitos núcleos comunitários e familiares que guardavam em seu cotidiano a tradição do fandango. Com isso, por muitos anos, acreditou-se que o destino do fandango seria seu desaparecimento.

Iniciativas criativas de alguns fandangueiros, aliadas ao apoio de pesquisadores e fomentadores impulsionaram, entretanto, a continuidade do fandango. Os fandangueiros passaram a organizar os fandangos não somente como celebração dos mutirões de roçado e colheita, como também em forma de bailes públicos ou de apresentações. Com isso, o fandango ganhou novo ânimo e passou a figurar em

¹ Graduada em Comunicação Social/Unifief, fotógrafa e produtora cultural.

² Doutora em Antropologia Social/UFSC, docente IFPR/Campus Paranaguá

³ As populações caiçaras residem entre o litoral norte de Paranaguá (PR) se estendendo até o litoral sul do Rio de Janeiro.

importantes festividades no Paraná e São Paulo, sendo também ampliado seu registro em formatos diferentes plataformas (discos, CDs e livros). Um dos marcos contemporâneos, que impulsionou uma nova dinamização desta expressão, foi sem dúvida, o seu registro e reconhecimento como patrimônio imaterial brasileiro no ano de 2012. O parecer elaborado pela Coordenação de Registro do DPI/Iphan, sobre o papel do registro aponta a conclusão que se aponta vai no sentido de que:

“O registro não corresponde a uma patente de origem, nem visa atestar a autenticidade de um bem cultural. Por se referir a bens de natureza imaterial em sua dinâmica, ‘vivos’ portanto, o registro não pretende sua ‘cristalização’ no tempo ou no espaço; pelo contrário, aceita e incorpora as transformações (...)”
(DOCUMENTOS ACERVO - DPI, 2005)



Baile de Fandango na 2ª. Festa do Fandango Caiçara em Cananéia – SP. Outubro 2017. Foto: Antonia Moura

A proposta que aqui se apresenta busca fazer uma reflexão sobre o alcance e desdobramentos da política que envolve os patrimônios imateriais no Brasil, a partir da realização do projeto “Ô de Casa: mobilização e articulação para a salvaguarda do fandango caiçara”. Este projeto, que buscou promover a celebração e o debate acerca destes novos rumos assumidos pelo fandango, proporcionou debates em diferentes aspectos, buscando apontar soluções para problemas que ainda são latentes, através

do fortalecimento das ações já constituídas e criando espaço para a cooperação entre as cidades. Tratando-se de um bem cultural envolvido por um território tão amplo geográfica e culturalmente, era necessário incentivar os trânsitos, fazendo dos encontros um dispositivo político para reafirmação de suas identidades. Neste sentido, o projeto se adequou as diferentes realidades encontradas para prática do fandango caiçara. No Paraná, por exemplo, o número de jovens tocadores ainda era muito inferior aos que aprenderam a dançar. Já em São Paulo, muitos jovens sabem tocar os instrumentos do fandango, mas são poucos os que aprenderam a dançar. Ainda em Paraty no Rio de Janeiro, o debate se coloca sobre as intersecções entre o fandango e outras expressões musicais caiçaras como a ciranda. Cada encontro local portanto, foi trabalhado pelos próprios detentores, uma forma de respeitar a realidade e conseguir propostas efetivas de mobilização. Foram diferentes ações, tanto mais conceituais (rodas de conversa e debates sobre temas específicos), quanto práticas (oficinas de aprendizado com o intercâmbio de mestres e mestras), todas traziam as inquietações dos fandangeiros em refletir as problemáticas particulares a cada região.



Roda de Conversa: Mulheres no Fandango. No 8º Encontro de Fandango Caiçara de Paranaguá – PR. Agosto/2017. Foto: Antonia Moura

Mas o que é o fandango caiçara?



Baile de Fandango na 2ª. Festa do Fandango Caiçara em Cananéia – SP. Outubro 2017. Foto: Antonia Moura

Fandango é um termo utilizado para definir uma série de manifestações populares, sendo normalmente associado a um baile “ruidoso”. Sob o nome de fandango encontramos gêneros ou formas musicais em outros países como Espanha, Portugal e França.

No nordeste brasileiro, está associado às barcas e cheganças, em forma de autos populares. Nos litorais sul e sudeste do país, é um gênero que

reúne dança e música e está fortemente associado à cultura caiçara. Sua prática envolve a fabricação e a execução de instrumentos como a viola de fandango, a rabeca e o adufo. Sua musicalidade é bastante complexa. Cada forma musical, definida pelo mestre violeiro, é chamada de “marca” ou “moda”, dependendo da região. Esta é acompanhada por coreografias específicas em danças que se dividem em basicamente em duas categorias: os “valsados” (ou bailados) - dançados em pares por homens e mulheres - e os “batidos”, onde as mulheres acompanham os dançadores (homens), que marcam o batido usando tamancos de madeira.

Tradicionalmente, o fandango acontecia como pagamento oferecido por mutirão (ou pixirão) de plantio, colheita ou puxada de canoa. O beneficiado pelo trabalho coletivo oferecia farta comida e um baile que atravessava a noite. Atualmente acontece sob as diferentes formas de festa comunitária, baile público, apresentação artística ou em recriações por grupos mirins. Seu ambiente cultural envolve também a produção de instrumentos, a organização de mutirões e trabalhos de pesquisa e afirmação cultural das práticas



Oficina de Ritmos e Toques na 2ª. Festa do Fandango Caiçara em Cananéia – SP. Outubro 2017. Foto: Antonia Moura

caiçaras locais.

As ações do projeto “Ô de Casa”, incorporaram em seu modelo, o movimento proposto pelos mutirões, colocando em interação, através do trabalho coletivo e propiciando o intercâmbio de ideias e ações, os diversos coletivos unidos por esta prática, culminando com a deliberação do Comitê Gestor da Salvaguarda do Fandango Caiçara.



Roda de Conversa – Patrimônio Imaterial e Direito das Populações Tradicionais Caiçaras na 2ª. Festa do Fandango Caiçara em Cananéia – SP. Outubro 2017. Foto: Antonia Moura

Coletivos e processos associativistas: ações de base comunitárias

O projeto “Ô de Casa, já em sua elaboração, foi resultado de um longo processo que vem desde 2004 com a mobilização para a criação do Museu Vivo do Fandango e outras iniciativas anteriores, pois uniu ações de salvaguarda, rodas de conversa e do fomento de processos associativistas do universo caiçara. Subsidiado pela anuência de relevantes atores, grupos, pesquisadores e representantes do poder público, foi estabelecido um Comitê Provisório de Salvaguarda do Fandango Caiçara cuja proposta buscou dar continuidade as ações participativas que em 2012 instituíram e reconheceram o Fandango Caiçara como Patrimônio da Cultura Imaterial Brasileira. A salvaguarda aqui enquanto política foi pensada de modo a atender as articulações desta prática musical com os aspectos políticos aos quais os caiçaras se inseriam. Desde 2014, intensificou-se o diálogo de atores envolvidos com a preservação do fandango caiçara com o IPHAN tendo em vista a implementação do processo de formulação participativa de um plano de salvaguarda para o fandango

caičara. A realização do projeto objetivou o alcance desta meta. Portanto o “Ô de Casa!” consolidou um processo que vêm se construindo em torno da salvaguarda deste bem cultural, prezando pelo diálogo com os atores e a manutenção da identidade caiçara.

Através de uma parceria entre diferentes associações, grupos de fandangueiros e articuladores locais o projeto se constituiu como troca também de experiências associativistas, pensando em formas de empoderamento destes coletivos. Sendo que as principais associações envolvidas ao longo desses treze anos foram:

Associação dos Fandangueiros do Município de Guaraqueçaba: foi fundada em 2000 por fandangueiros e jovens do município, com os integrantes do grupo de fandango Família Pereira e do grupo de jovens Mamulengo Fâmulos de Bonifrates. Em 2005, teve o projeto Casa de Fandango de Guaraqueçaba selecionado pelo Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. A Casa de Fandango de Guaraqueçaba será um espaço gerenciado pela Associação dos Fandangueiros do Município de Guaraqueçaba, para ensaios, apresentações e bailes de grupos de fandango e teatro, além de oficinas de instrumento e dança de fandango.

Associação Cultural Fâmulos de Bonifrates: fundada em 1999 por jovens do município, na maioria ex-integrantes do Grupo Teatral “Pirão do Mesmo”, o grupo surge com o intuito de pesquisar a cultura popular local e transforma-la na linguagem teatral. Já produziu 8 espetáculos e participou de diversos festivais e encontros, além de promover o fomento da cultura mantendo um espaço cultural em Guaraqueçaba a mais de 5 anos. Dentre os trabalhos mais importantes estão 5 participações no Festival Espetacular de Teatro de Bonecos (Curitiba-PR), 3 participações no Festival de Inverno de Antonina, parcerias com o programa Papagaio da Cara-Roxa da SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem), 2 participações no FERA – Festival de Arte da Rede Estudantil (PR), além de participar da Associação Paranaense de Teatro de Bonecos.

Associação Jovens da Juréia (AJJ): organização fundada por jovens do distrito de Barra do Ribeira, que vem apresentado uma contribuição fundamental no sentido da valorização da cultura caiçara de forma sustentável, em ações que envolvem a luta pela transformação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e a fundação da Escola Caiçara da

Juréia. Em 2004, teve o projeto Centro de Cultura Caiçara de Barra do Ribeira (Iguape, SP) contemplado pelo Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. O Centro de Cultura Caiçara de Barra do Ribeira tem como principal objetivo contribuir para o estímulo à continuidade das tradições culturais caiçaras presentes no litoral sul de São Paulo. Entre as atividades do Centro, são oferecidas oficinas de viola, rabeca, dança de fandango, construção de instrumentos e confecção de artesanato caiçara, além de apresentações de grupos de fandango e outras manifestações culturais da região.

Ponto de Cultura “Caiçaras”: O Ponto de Cultura realiza ações voltadas à valorização das culturas tradicionais, através de produção de materiais, eventos, cursos e oficinas. Envolvimento da juventude e das próprias comunidades tradicionais. Atuam também no apoio às comunidades tradicionais de Cananéia, através de Cruzeiros Educativos e Culturais, produção, divulgação, sonorização e registro das festas tradicionais e outros eventos. Outra pilar de atuação do Ponto diz respeito à apropriação, uso e disseminação de ferramentas digitais livres para o desenvolvimento das ações do Ponto de Cultura "Caiçaras".

Associação de Cultura Popular Mandicuéra: A Associação de Cultura Popular Mandicuéra, fundada em 2004, além de oficinas educativas, organiza bailes e festas e desenvolve outros projetos de estímulo à continuidade da cultura local, como a rearticulação da Romaria do Divino. A Associação também está ligada ao grupo Mandicuéra e ao Mandicuéra Curumim. Ciente da importância da permanência da cultura caiçara e de manifestações como o fandango e a folia do divino espírito santo no litoral paranaense, criou o projeto Rabecando – A Preservação Através do Repasse. O projeto, aprovado no Edital de Culturas Populares/2005, promovido pelo Ministério da Cultura, visa a realização de oficinas que multipliquem esses saberes populares, da construção de instrumentos e da musicalidade caiçara. Oficinas para os jovens da Ilha do Valadares e Paranaguá de técnicas de construção da rabeca, viola, adufo e caixa.

Associação Cultural Caburé: A Associação Cultural Caburé, fundada em 2002, realiza projetos voltados para o fomento e a divulgação da cultura popular brasileira. A associação é responsável pela gestão do projeto Museu Vivo do Fandango, aprovado em 2004 pelo Programa Petrobras Cultural. O Museu visa

evidenciar e fortalecer uma rede de instituições, grupos e pessoas ligadas ao fandango, através da criação de um circuito de visitação com diversos atrativos culturais em Paranaguá, Guaraqueçaba, Morretes, Iguape e Cananéia. O museu não tem uma sede única, mas está distribuído pelas cidades, envolvendo casas de fandangueiros e construtores de instrumentos, clubes e casas de fandango, museus, centros culturais e pontos de consulta. Os endereços foram reunidos em folhetos (guias) informativos disponíveis nos cinco municípios.

Metodologias participativas e a política de salvaguarda

Em sua proposta, a política de salvaguarda dos patrimônios imateriais pressupõe a construção de canais de diálogo e participação ativa das comunidades por ele envolvidas. Neste sentido, a elaboração e desenvolvimento do projeto “Ô de Casa”, foram marcados por essa interface, considerando diferentes sujeitos envolvidos por essa política cultural, envolvendo poderes públicos locais, agências governamentais, instituições de ensino e pesquisa, pesquisadores, e obviamente, os principais protagonistas, coletivos, grupos, associações e dançadores e tocadores de fandango.

Para que a mobilização para salvaguarda pudesse acontecer a participação ativa do Iphan é fundamental. A Superintendência do Paraná esteve sempre presente ao longo da elaboração e implementação do projeto. Essa metodologia é fruto de uma parceria entre Iphan e o Ministério da Cultura e tinha como objetivo fomentar as ações direcionadas aos Planos de Salvaguarda de bens registrados como patrimônio imaterial. Realizar convênios para os bens registrados sem a necessidade de processos públicos de editais ocorre pela seguinte questão seegundo Marcia Sant’anna, diretora do DPI/Iphan na ocasião da I Reunião de Avaliação de Planos e Ações de Salvaguarda de Bens Culturais Registrados – 18 a 21 de maio de 2010:

Isso foi uma definição tomada com a antiga Secretaria de Programas Culturais, que fazia a gestão do Cultura Viva, relacionada ao seguinte fato. Um bem registrado não só passa por um processo de inventário e de registro, como é um bem cultural já declarado patrimônio cultural do Brasil, por um Conselho, que é o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural que é a reunião de várias representações da sociedade, que de ne

os tombamentos, e os registros. Então, já entendemos conjuntamente, que isto já seria um processo de seleção bastante rigoroso. Por isso os bens registrados não necessitam desse processo de edital, porque na realidade, eles já são bens pré-selecionados de uma maneira bastante aberta, transparente e longa.



Roda de Conversa Sobre o Registro da Canoa Caiçara – 1ª Festa de Fandango de Ubatuba. Dezembro/2017. Foto: Antonia Moura

O conceito de salvaguarda pode nos remeter a uma herança dos estudos folclorísticos, porém, está focada em se adaptar ao contexto do bem cultural:

“(…) nos anos 1980 a Unesco vem falar da salvaguarda das culturas populares. Quando a Unesco se apropria e o PNPI (Programa Nacional de Patrimônio Imaterial) se apropria vem pra tirar esse ranço, pra ir além da proteção, da conservação. A salvaguarda vem no sentido de trazer o elemento da dinâmica”. (VIANNA, 2005)

As ações construídas em torno da ideia de articulação e mobilização, já estavam sendo gestadas no interior do Comitê Provisório de Salvaguarda do Fandango Caiçara, espaço que se constituía como uma espécie de fórum de debates e encaminhamentos para a salvaguarda. A partir das figuras chamadas de “articuladores locais”, foram inseridos na equipe executora do projeto agentes envolvidos com o fandango em cada localidade. Responsáveis por traçar tanto os aspectos conceituais do projeto, quanto práticos dos encontros, mapeando e organizando elementos logísticos, os articuladores tiveram papel fundamental para a costura da proposta. Além de que o mapeamento do estado da arte do fandango em cada localidade, serviu para se atualizar a condição que envolve essa expressão nos dias de hoje.



Ao longo do projeto, foram realizadas 05 reuniões locais de salvaguarda envolvendo o território cultural do fandango caiçara, realizadas nos municípios de Paranaguá (PR), Guaraqueçaba (PR), Cananéia (SP), Iguape (SP) e Ubatuba (SP). Nestes encontros locais houve a realização de debates sobre a salvaguarda do fandango, respeitando as particularidades de cada região. Como pautas principais destes encontros, tínhamos o delineamento e a redefinição das bases do Comitê Salvaguarda do Fandango Caiçara, o estudo e a compreensão do alcance jurídico do registro do fandango em sua interface com a questão do acesso e permanência da população caiçara em seus territórios, e a divulgação e visibilização do fandango enquanto bem cultural do patrimônio imaterial brasileiro.

O formato das reuniões ampliadas buscou respeitar os tempos e necessidades locais, buscando a articulação dos mestres e fandangueiros de cada região, pesquisadores, moradores, além dos representantes do Comitê Provisório da Salvaguarda do Fandango. As reuniões também foram compostas por rodas de conversas, bailes, apresentações.

Roda de Conversa sobre Salvaguarda do Fandango - 1ª. Cooperfest e Encontro de Fandangueiros de Iguape - SP. Novembro/ 2017. Foto: Antonia Moura

O Alcance do Projeto: algumas considerações finais

Em vista das discussões que norteiam os planos municipais de cultura, assim como as diretrizes elencadas pelos coletivos fandangueiros em grupos de trabalho e atividades de formação, os encontros propiciados pelo projeto “Ô de Casa”, sejam nas reuniões ampliadas, sejam um fórum continuado, possibilitaram a troca de experiências e o fomento à salvaguarda do Fandango Caiçara, em seus aspectos locais, regionais ou globais.

Neste sentido, foram de fundamental importância as ações de comunicação, as quais buscaram relacionar as reuniões que aconteceram em cada município, fazendo circular essas informações. Através da criação de um canal virtual foram disponibilizados os relatórios de todos os encontros locais, bem como, o histórico das ações desenvolvidas até este momento no que tange a salvaguarda do fandango. Reunindo informações de cada município, esse canal virtual pretendeu fomentar a comunicação desta rede de ações que se conectam e se realizam em todo território cultural caiçara, porém, muitas vezes não se divulgavam, dificultando as conexões. Juntamente com esse canal virtual foi desenvolvido um folder informativo que foi

distribuído ao longo das reuniões locais, esse material gráfico teve como objetivo esclarecer e demonstrar a um público amplo os caminhos trilhados até este momento da patrimonialização do fandango, bem como, trazer informações sobre o significado de sua salvaguarda.



Cerimônia de posse do Comitê Gestor do Fandango Caiçara. 9ª. Festa do Fandango Caiçara de Paranaguá – PR. 2018. Foto: Antonia Moura

As ações do projeto “Ô de Casa” culminaram com a formação do Comitê Gestor da Salvaguarda do Fandango Caiçara, responsável pelo monitoramento e avaliação das ações de salvaguarda deste bem cultural. Esse coletivo formado ao longo do processo de realização do projeto se consolidou como um grupo forte e representativo e os reflexos dessa coesão já se pode sentir nos meses seguintes ao encerramento do projeto.

Logo após que encerramos as atividades previstas pelo convênio com o IPHAN, em 2018, as comunidades continuaram se articulando para a continuidade na realização dos encontros locais, mesmo sem o apoio financeiro do projeto ou mesmo de outro financiador. Com a força do recém estabelecido Comitê Gestor as festas locais foram sendo organizadas de forma comunitária. Estabeleceu assim, fruto desse longo processo de mobilização, uma rede forte de apoio mutuo. O que permitiu a autonomia dos próprios fandangueiros que se auto-apoiaram e foram capazes de fazer a gestão de seus encontros locais, mobilizando fandangueiros, organizando a programação, produzindo e pensando na logística de alimentação e hospedagem para receber os convidados de outras cidades. O que demonstra também que o trânsito entre os fandangueiros desafia hoje as projeções de desaparecimento/enfraquecimento destas práticas. Maria Laura Cavalcanti afirma

que a vitalidade das culturas populares deve ser analisada como um fenômeno contemporâneo:

Nessa virada de século e de milênio, o regional e o local interagem fortemente com o global e a cultura popular brasileira demonstra inquestionável vitalidade. A atuação na área, portanto, não pede mais a urgência salvacionista em nome da qual se constituíram, no século XX, as primeiras iniciativas estatais. A cultura popular ingressa claramente na era do mercado e do consumo, promovendo e administrando seus próprios produtos. Brincantes, artesãos, mestres, associações civis, organizações não governamentais emergem muitas vezes sob o novo aspecto de pequenos empresários e produtores (CAVALCANTI, 2005, 30p).

Desta forma a metodologia de gestão participativa do “Ô de Casa!” foi também inspiradora para que os próprios caiçaras pensassem modelos de auto-gestão e procurassem formas criativas para a sustentabilidade dos encontros locais, tão importantes para a troca entre eles. O recém publicado relatório sobre as ações para salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil – “Saberes, Fazeres, Gingas e Celebrações” – 2002 – 2018 do IPHAN descreve o histórico de ações e aponta o papel fundamental do projeto “Ô de Casa!” e outras mobilizações entorno do fandango caiçara:

Simultaneamente, o processo de salvaguarda do Fandango Caiçara ocorre de maneira articulada ao movimento histórico mais amplo de preservação dos modos de vida tradicionais das comunidades caiçaras nos territórios secularmente habitados por elas. (IPHAN, 2018, 228p)

Sendo a mobilização em torno de novos modos de se realizar os mutirões o maior resultado possível em termos de alcance de uma política pública de salvaguarda de patrimônio imaterial: a própria autonomia dos detentores em gerir os caminhos de sua prática, garantindo a perpetuação do seu modo de viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Alceu Maynard. “Fandango”. In: ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore Nacional (V.II). SP: Ed. Melhoramentos, 1964, pp. 129-192.

CAVALCANTI, Maria Laura V. de Castro. Cultura e saber do Povo: por uma perspectiva

antropológica. Rio de Janeiro: Revista Tempo Brasileiro 147, 2001.

COELHO, Karina da Silva. Entre ilhas e comunidades: articulações políticas e conflitos socioambientais no Parque Nacional do Superagui. 2014. 167 fls. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

CORRÊA, Joana; GRAMANI, Daniela; PIMENTEL, Alexandre (Orgs). Museu Vivo do Fandango. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé, 2006.

CORRÊA, Joana Ramalho Ortigão. Vamos fazer um fandango: arranjos familiares e sentidos de pertencimento em um dinâmico mundo social. 2013. 202 fls. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos. Comunidades tradicionais e manejo de recursos naturais da Mata Atlântica. São Paulo: NUPAUB/USP, 2005.

GRAMANI, Daniella da Cunha (org.) Rabeca, o som do inesperado. Curitiba, 2003.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Saberes, fazeres, gingas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018. Coordenação de edição Rívia Ryker Bandeira de Alencar. – Brasília-DF , 2018.

LATOUR, Bruno. Reagregando o Social: uma introdução a teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.

MARCHI, Lia; SAENGER, Juliana; CORRÊA, Roberto. Tocadores: homem, terra, musica e cordas. Curitiba: Olaria, PETROBRÁS, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas, 1986.

MARQUES, Ana Claudia. Movimentos em família. Revista Ruris. v. 9, n. 1, mar.2015.

MARTINS, Patricia. Um divertimento trabalhado: prestígios e rivalidades no fazer fandango da ilha dos Valadares. 2006. 134 fls. Dissertação Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná , Curitiba, 2006.

MUSSOLINI, Gioconda. Persistência e mudança de sociedades “folk” no Brasil. Cadernos de campo, São Paulo, n. 18, 2009. pp. 287-300.

MUNIAGURRIA, Lorena Avellar. As políticas da cultura: uma etnografia de trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional de cultura. 2016. 200 fls. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PIMENTEL, Alexandre. Catálogo da exposição “Instrumentos Musicais Caiçaras” Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural Promoart . Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular / RJ. 2010.

PINTO, Inami C. Fandango do Paraná. Curitiba: UFPR, 1992.

RAINHO, Ana Paula. A gente vive no mar: saberes oceanográficos na comunidade tradicional da Barra do Ararapira. 2015. 171 fls. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de

Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

RODRIGUES, Carmen Lúcia. O lugar do fandango caiçara: natureza e cultura dos “povos tradicionais”, direitos comunais e travessia ritual no vale do Ribeira P . 2013. 301 fls. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.

SETTI, Kilza. Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caiçara paulista e de sua produção musical. São Paulo: tica, 1985.

SILVEIRA, Carlos Eduardo. Folclore, Cultura e Patrimônio: da produção social do(s) fandango(s). 2014. fls. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

VIANNA, Hermano. “Tradição da Mudança: A Rede das Festas Populares Brasileiras”. In: Revista do Patrimônio, no 32 / 2005